

- 2 Para um sumário da evolução das propostas de desenvolvimento agrícola nas três últimas décadas, ver Eicher & Staatz (1984). Uma avaliação crítica dos resultados dos modelos de *high pay-off*, correspondentes à fase da chamada "revolução verde", pode ser encontrada em Pearse (1975) e Griffin (1974).
- 3 No Nordeste, um caso dramático de concentração de renda promovida pela política de irrigação é o das várzeas do Baixo São Francisco, discutido em Barros (1985).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, H. O. M. de. Modernização agrícola autoritária e desestruturação do ecossistema: o caso do baixo São Francisco, *Cadernos de Estudos Sociais* 1, Recife, 1985.
- EICHER, C. K. & STAATZ, J. M. *Agricultural Development in the Third World*, London, The John Hopkins, 1984
- GRIFFIN, K. *The Political Economy of Agrarian Change: An Essay on the green revolution*, Cambridge, Harvard University Press. (Mass.) 1974
- PEARSE, A. *The Social and Economic Implications of large-scale Introduction of New Varieties of Foodgrain: An Overview Report*. New York, United Nations Research Institute for Social Development, 1975
- LAMOUNIER, Bolivar & MENEGUELLO, Rachel. *Partidos políticos e consolidação democrática*. São Paulo, Brasiliense, 1986, 134 p.

Lamounier e Meneguello desenvolvem um estudo, baseado no debate "Partidos Políticos nos Processos de Redemocratização do Cone Sul da América Latina" realizado em Washington, DC em 1985, cujo objetivo é um registro dos trabalhos feitos em cima do problema partidário, assim, como suscitar questões sobre o que se poderia fazer em termos de uma legislação eleitoral. Às vésperas do Congresso Constituinte, traduz-se como de extrema importância no debate democrático.

Levando em consideração que partidos bem estruturados são fundamentais à consolidação de um processo de redemocratização, os autores centram a discussão na debilidade e descontinuidade da história partidária do Brasil, "um caso notório de subdesenvolvimento partidário". Utilizam a perspectiva comparada na análise, tomando como pontos referenciais os processos de redemocratização e consolidação democrática ocorridos e/ou em ocorrência na América do Sul, sem no entanto caírem no erro de generalizações inconseqüentes.

Levantam indagações básicas. Como explicar a persistente fragilidade dos sistemas partidários brasileiros? Como foi possível que essa fragilidade se intensi-

ficasse no período de 46-64, reconhecidamente aberto e democrático? Estamos vivendo atualmente uma experiência mais favorável ao fortalecimento do partido como instituição? Em caso positivo, como explicar essa ocorrência sob ou logo após um período de regime autoritário? Em caso negativo será útil a aplicação de uma “engenharia institucional” com o objetivo de fortalecer os partidos políticos?

Partem então para uma conceituação partidária, e consideram o conceito shumpeteriano como o que melhor se adapta à realidade brasileira, uma vez que para Shumpeter os partidos são criações artificiais, e isso encaixa-se na história partidária do Brasil, onde os partidos são criados de cima para baixo com forte influência do poder central.

Trabalham com pontos muito interessantes, demonstrando numa ampla visão os fatores básicos responsáveis pela debilidade partidária brasileira. Um desses fatores é a atuação do Estado brasileiro, levando à atrofia e à fragmentação dos partidos políticos. De fato, a atuação intervencionista do Governo Federal combinada com a forma federativa, exerce efeitos desagregadores sobre os partidos políticos e origina o clientelismo da política brasileira. Um outro fator responsável seria a busca pessoal, por parte dos políticos, dos recursos públicos e conseqüentemente, de uma legislação eleitoral e partidária que facilite tal comportamento.

Tratam também, da evolução da vida partidária no Brasil, fazendo uma análise de forma rica e preservando o pressuposto de que a história é uma seqüência de causas e efeitos. Considerando as agremiações do II Império ressaltam a alternância entre liberais e conservadores que era controlada pela Coroa. Passam para a República Velha salientando o crescimento da intervenção do poder central com a “política dos governadores”. Analisam o “antipartidismo” da década de 30, que se manifestava em vários setores da sociedade, da direita à esquerda, assim como o processo de extinção da vida partidária do Estado Novo.

Detêm-se mais atenciosamente no pluripartidarismo de 46, sua formação e desfecho, considerando esse período como um misto de pluralismo polarizado (ressalvando aqui o baixo grau de democratização conseguido) e de polipartidismo burguês, onde a instabilidade partidária era deliberadamente cultivada. A análise do bipartidarismo de 65 também é alvo de mais atenção dos autores. Classificado como “compulsório”, o bipartidarismo é responsabilizado pela formação de uma nova identificação partidária por parte da opinião pública: ou seja, a oposição em confronto com a situação no poder. Por último, analisam a abertura de 79 com a criação consentida pelo Regime Militar, de novos partidos políticos, desde que dentro do estabelecido pelo Governo.

Os autores passam então a analisar os dilemas da consolidação democrática no Brasil, e finalizando, apresentam as opções institucionais que o novo texto constitucional poderia adotar. Essa apresentação é feita de forma bastante coerente, uma vez que Lamounier e Meneguello se mostram conscientes da realidade brasileira e das possibilidades de mudança desta realidade.

Tratam das opções quanto à organização institucional, fazendo as devidas críticas ao sistema majoritário e ao consociativo. Quanto ao sistema eleitoral, os autores optam pela adoção de um sistema misto entre o majoritário e o pro-

porcional, a exemplo da Alemanha Ocidental. Lançam por último a esperança de que a Nova Constituição trate da legislação eleitoral em sua plenitude.

A opção metodológica de análise comparativa se adapta aos objetivos do estudo, não sendo porém utilizada a todo momento, o que torna mais positivo o estudo. A escolha do conceito de partido político dado por Shumpeter, é feita pelo fato de adequar-se a nossa história e estrutura partidária.

É um trabalho oportuno, sem pretensões exageradas, onde os autores mantêm-se numa posição de análise com vistas para o aproveitamento do trabalho pelo debate democrático.

Adriana Côrte Franco

Graduanda em Ciências Sociais pela UFPE

SPINDEL, Cheywa R. *O menor trabalhador: um assalariado registrado*. São Paulo, NOBEL/Ministério do Trabalho, 1985. 128 p.

Hoje, no Brasil, há uma nítida preocupação com o destino de milhões de crianças consideradas carentes, que estão visíveis em todos os grandes centros brasileiros extrapolando, de modo acentuado, o perímetro de seus bairros ou mesmo residências. Grande parte delas está "solta" nas ruas barganhando a sobrevivência, sob o estigma da marginalidade e sob o domínio da exploração. Vários estudiosos têm se detido na análise da relação entre pobreza e marginalização, dentre eles CALSING et alii, 1986 afirmam que "a 'infantilização' do mercado de trabalho, ou a entrada precoce no mercado de trabalho tem, na verdade, uma relação muito forte e estreita com a situação de pobreza em que vive o núcleo familiar do menor". Sabe-se, portanto, que no Brasil a presença de menores no mercado de trabalho cresce à medida em que a atual política de emprego e a recessão continuam. Procurando analisar a situação do menor no mercado de trabalho, sob o aspecto legal, Cheywa Spindel se propõe desviar a ótica analítica do tradicional enfoque marginalidade e pobreza.

Nesse estudo são analisados os menores entre 12 e 18 anos de idade que exercem atividade remunerada e que tenham as carteiras de trabalho registradas. A pesquisa abrangeu os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco e se baseou, principalmente, em dados da RAIS - Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e em estudos diretos. O trabalho está dividido em oito capítulos. Sendo que o primeiro é dedicado à Introdução onde a autora discorre sobre os objetivos e apresenta os pressupostos que nortearam a linha analítica da pesquisa. No segundo capítulo "Quem é o menor trabalhador do mercado formal?", SPINDEL trabalha basicamente com os indicadores experiência de trabalho, maturidade e qualificação. Os dados estatísticos permitem revelar situações diferenciadas para as regiões Sul, Sudeste e Nordeste apresentando os menores desta última região condições trabalhistas inferiores às demais, refletindo a prática comum, de burlar as leis, de grande parte dos empregadores.